

O aspecto positivo do caos

por Cezar Faccioli
do Rio

A iminência do caos na economia tem um aspecto positivo, que pode ser explorado pelo presidente eleito: a aceitação de terapias duras pela sociedade, diante da falta de alternativas. A opinião é do senador Roberto Campos (PDS-MT), autor, com o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, do único ajuste conservador bem-sucedido no País, durante o governo Castelo Branco, logo após o golpe de 1964.

Campos esteve no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o fórum nacional "Perspectivas do Brasil no Próximo Governo", organizado por seu sucessor no Ministério do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Para Campos, as três experiências de congelamento serviram para que "a sociedade aprendesse com os erros do intervencionismo estatal".

Fernando Collor de Mello tem o essencial para detonar um programa de reformas, já que "foi eleito com base em um programa de convicção, de afirmação de idéias, não de busca de consenso", diz o senador mato-grossense. Campos acredita ser essa uma característica comum a líderes como Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev.

Mesmo reconhecendo a decadência dos grandes partidos (PMDB, PFL e PDS, nesta ordem e nesta hierarquia), Campos acredita que o partido de sustentação do regime militar em seu ocaso ainda será capaz de auxiliar Collor, seu antigo filiado, no ponto que lhe falta: a montagem de uma equipe. "O saldo administrativo de partidos como PDT, PT e PMDB é

desastroso, o do PDS é razoável e extenso: ninguém foi poder por tanto tempo neste País", argumenta Campos, sem se impressionar com a promessa de Collor de um ministério sem nomes ligados ao antigo regime ou ao governo Sarney.

Caso seu nome venha a ser cogitado, Campos não aceitará: se diz "muito cansado e velho". Não se nega, no entanto, a indicar nomes: os economistas e expoentes da variante das "expectativas racionais do monetarismo", Paulo Guedes (autor do programa econômico de Guilherme Afif Domingos) e Paulo Rabello de Castro.

A vontade política de abrir a economia à concorrência internacional e desmontar os oligopólios gerados pelas encomendas e fi-

nanciamentos estatais é a variável fundamental para o sucesso do presidente eleito, na avaliação de Campos. O senador acha que a Constituição, ao proibir o governo de exceder o arrecadado nas despesas de pessoal, já dá a base para um rigoroso ajuste fiscal.

O aperto monetário, por sua vez, estaria assegurado pela proibição de o Banco Central financiar o déficit do Tesouro Nacional. Por último mas não por fim, a Constituição limita as estatais titulares de monopólio definido em lei ou criadas por iniciativa parlamentar à aprovação do Congresso como pré-requisito para a privatização, abrindo espaço para um programa amplo de reforma e redução do aparelho estatal.